



INSTRUÇÃO N.º 31/2025

SOBRE CENTRAL DE REGISTO DE INFORMAÇÕES SOBRE GARANTIA MOBILIÁRIAS

Considerando que o Banco Central de Timor-Leste é incumbido, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 6/2025 sobre Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias, de criar, operar e manter a Central Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias prevista na referida lei.

A Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias constitui um serviço de registo público, de natureza eletrónica e automatizada, acessível online. O registo de informações abrange os direitos de garantia sobre bens móveis, que tenham sido ou venham a ser constituídos a favor de um credor garantido por um garante. As informações são submetidas à Central Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias pelo credor garantido ou por seu representante. A base de dados de registo, que indexa as informações relativas ao garante, tem por finalidade publicitar tais direitos de garantia. As referidas informações encontram-se disponíveis para consulta por qualquer interessado.

Considerando ainda que o Banco Central de Timor-Leste é mandatado, nos termos do artigo 73.º, n.º 2, da Lei n.º 6/2025, para emitir regulamentos, instruções e demais atos necessários à implementação da lei, nomeadamente no que respeita à criação, funcionamento e manutenção da Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias. Inclui-se neste âmbito a definição das regras relativas à submissão e registo de informações no registo público, bem como aos procedimentos para realização de pesquisas..

Assim, ao abrigo da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste e do artigo 73.º da Lei n.º 6 de 2025 (Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias), o Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste aprova a seguinte Instrução:

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos da presente Instrução, entende-se por:

- a) «Lei» a Lei n.º 6 de 2025 de 30 de Julho (Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias);
- b) os termos definidos na Lei têm, na presente instrução, os mesmos significados.
- c) «BCTL» Banco Central de Timor-Leste.
- d) «Informação inicial» a informação submetida ao Registo contendo elementos relativos à possível constituição de um ou mais direitos de garantia.
- e) «Informação de alteração» informação submetida ao Registo destinada a modificar ou alterar o conteúdo de elementos previamente registados.

- f) «Informação de cancelamento» refere-se a informação que determina a eliminação de um elemento inicial anteriormente registado, bem como as alterações associadas, removendo-os do registo de acesso público.
- g) «Procedimentos Operacionais» refere-se aos procedimentos administrativos aplicáveis à interação com o Registo e à utilização dos respetivos serviços, elaborados periodicamente pelo Banco Central de Timor-Leste e publicados no sítio eletrónico do Registo;
- h) «Registo» refere-se a Central de Registo de Informações sobre Garantias Mobiliárias.
- i) «Número de registo» refere-se o número único ou exclusivo atribuído pelo Registo a uma informação, a qual permanece permanentemente associado, bem como a quaisquer elementos relacionados.

Artigo 2.º

Objetivo e âmbito de aplicação

1. A presente instrução estabelece as regras aplicáveis ao acesso ao registo, bem à submissão, alteração ou cancelamento de informações e à realização de pesquisas.
2. A presente instrução aplica-se a todas as pessoas (singulares ou jurídicas) ou outras entidades que pretendam interagir com o Registo.

CAPÍTULO II

ACESSO AOS SERVIÇOS DE REGISTO

Artigo 3.º

Condições de acesso aos serviços de registo

1. Qualquer pessoa pode submeter uma informação ao Registo, desde que:
 - a. Utilize o formulário disponibilizado para o efeito através da interface eletrónica do Registo.
 - b. Se identifique os indivíduos autorizados a atuar como utilizadores do Registo em seu nome, nos termos previstos nos Procedimentos Operacionais, e
 - c. Tenha efetuado ou assegurado a realização, do pagamento do emolumento fixado pelo Banco Central de Timor-Leste, quando aplicável.
2. Uma pessoa pode submeter uma informação de alteração ou de cancelamento, quando cumpra igualmente os requisitos de acesso seguro estabelecidos nos Procedimentos Operacionais.
3. Qualquer pessoa pode apresentar um pedido de pesquisa no Registo, desde que, desde que:
 - a. Utilize o formulário disponibilizado para o efeito através da interface eletrónica do Registo; e
 - b. Tenha efetuado ou assegurado a realização, do pagamento do emolumento fixado pelo BCTL, quando aplicável.

Artigo 4.º

Pré-requisitos para o registo de uma informação ou de um pedido de pesquisa

1. O Registo não deve aceitar:

- a. O registo de uma informação que não contenha elementos em qualquer campo obrigatório; ou
 - b. Uma informação de destinada a prorrogar o período de eficácia do registo, quando apresentado fora do prazo previsto no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 6 de 2025 de 30 de Julho.
2. O Registo igualmente não deve aceitar um pedido de pesquisa que não contenha informação em pelo menos um dos campos destinados à introdução de critérios de pesquisa.

Artigo 5.º

Autorização do garante para efeitos de registo

A autorização do garante para os efeitos do artigo 23.º da Lei Lei n.º 6 de 2025 de 30 de de 30 de Julho:

- a) Considera-se prestada quando o garante tenha celebrado um acordo de garantia reduzido a escrito; e
- b) Nos restantes casos, deve ser prestada em declaração escrita autónoma, devidamente assinada.

CAPÍTULO III INFORMAÇÕES

Artigo 6.º

Elementos obrigatórios numa informação inicial

A informação inicial deve conter, nos respetivos campos designados, os seguintes elementos:

- a) A identificação e endereço do garante, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 6 de 2025 de 30 de Julho;
- b) A identificação e o endereço do credor garantido ou do seu representante, nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 6 de 2025 de 30 de Julho;
- c) A descrição dos bens objeto de garantia, em conformidade com o artigo 5.º da Lei n.º 6 de 2025 de 30 de Julho; e
- d) O período de eficácia do registo, determinado nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 6 de 2025 de 30 de Julho.

Artigo 7.º

Identificação do garante

1. Quando o garante a identificar numa informação inicial ou de alteração for uma pessoa singular:
 - a. Sendo cidadão de Timor-Leste, o identificador corresponde ao número do cartão do eleitor ou bilhete de identidade, ou
 - b. Sendo cidadão estrangeiro, o identificador corresponde ao nome constante do respetivo passaporte válido.
2. No caso de a pessoa identificada numa informação inicial ou de alteração for o garante:
 - a. Tratando-se de uma pessoa coletiva registada em Timor-Leste, o identificador corresponde ao número de identificação fiscal; ou

- b. Tratando-se de uma pessoa coletiva não registada em Timor-Leste, o identificador corresponde ao número de registo no país de constituição, ou, caso não possua número de registo, a sua denominação oficial, determinada nos termos da lei do respetivo país de constituição.

Artigo 8.º

Identificação do credor garantido

1. Quando o credor garantido a identificar numa informação inicial ou de alteração for uma pessoa singular:
 - a. Sendo cidadão de Timor-Leste, o identificador corresponde ao número do cartão de eleitor; ou
 - b. Sendo cidadão estrangeiro, o identificador corresponde ao nome constante do respetivo passaporte válido.
2. Quando a pessoa identificada numa informação inicial ou de alteração for o credor garantido:
 - a. Se se trate de pessoa coletiva registada em Timor-Leste, o identificador corresponde ao número de identificação fiscal da respetiva entidade, ou
 - b. Se se trate de pessoa coletiva não registada em Timor-Leste, o identificador corresponde ao número de registo no país de constituição, ou, caso não possua o número de registo, a sua denominação oficial, determinada nos termos da lei do respetivo país de constituição.

Artigo 9.º

Elementos obrigatórios numa informação de alteração

1. A informação de alteração deve conter, no respetivo campo destinado:
 - a. O número de registo da informação inicial a que respeita, e
 - b. Os elementos a adicionar ou alterar.
2. A informação de alteração pode alterar um ou vários elementos constantes da respetiva informação inicial.

Artigo 10.º

Elementos obrigatórios numa informação de cancelamento

A informação de cancelamento deve conter, no respetivo campo designado, o número de registo da informação inicial a que respeita.

CAPÍTULO IV

PESQUISAS

Artigo 11.º

Critérios de pesquisa

A pesquisa no registo de acesso público pode ser efetuada com base nos seguintes critérios:

- a) O identificador do garante; ou
- b) O número de registo da informação inicial.

Artigo 12.º

Resultados da pesquisa

1. Após a submissão de um pedido de pesquisa, o Registo deve disponibilizar um resultado que indica a data e hora em que a pesquisa foi realizada e que.
 - a. Apresente todos os elementos constantes de cada informação registada que corresponde exatamente ao critério de pesquisa utilizado; e
 - b. Indique que não existe qualquer informação registada que corresponda exatamente com ao critério de pesquisa utilizado.
2. O resultado de pesquisa que tenha sido emitido pelo Registo constitui uma prova do seu conteúdo, salvo demonstração em contrário.

CAPÍTULO V

EMOLUMENTO

Artigo 13.º

Emolumento

O BCTL pode fixar e cobrar emolumentos pelo registo de informação ou pela realização de pesquisas no Registo.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Artigo 14.º

Procedimentos decorrentes da utilização indevida do Registo

O BCTL pode instaurar procedimentos, nos termos previstos na legislação aplicável, contra qualquer pessoa que faça uso indevido do Registo.

Artigo 15.º

Entrada em vigor e publicação

1. A presente Instrução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
2. Nos termos do n.º 1 do artigo 66.º, da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, a presente Instrução é publicada no Jornal da República.

Aprovada em 20 de novembro de 2025

O Governador,


Hélder Lopes